



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002352-35.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Embargante: **José Roberto Ruiz**  
 Embargado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **JOSÉ ROBERTO RUIZ** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando a declaração de inexigibilidade do título apresentado e a condenação do embargado em indenização por danos morais. Como fundamento de sua pretensão sustenta, em síntese, que o débito cobrado foi integralmente quitado antes mesmo de seu vencimento e que a conduta do Município/embargado, de exigir pagamento de dívida já paga, com a inserção de seu nome na dívida ativa, acarreta a responsabilidade objetiva do poder público de reparar os danos causados. Requer, então, a procedência dos embargos para que seja declarada a inexigibilidade do título apresentado, bem como condenado o embargado ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$6.000,00.

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido.**

Em consulta aos autos digitais da execução nº 1503329-04.2017.8.26, verifica-se que o executado foi citado em 08/02/2018 (fl. 7), tendo o exequente requerido a extinção da execução em 10/08/2018 (fl. 9) e o feito sido extinto, nos termos do artigo 924, II, do CPC, em 23/08/2018 (fl. 11). Referida sentença não transitou em julgado, estando pendente de julgamento os embargos de declaração opostos pelo executado (fls. 15/17 dos autos principais).

Os presentes embargos foram distribuídos em 13/03/2018.

Passo ao julgamento conjunto destes embargos à execução e dos embargos de declaração opostos nos autos da execução fiscal (Proc. nº 1503329-04.2017.8.26).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os documentos de fls. 21/24 (não impugnados pelo embargado) comprovam que os débitos inscritos na CDA que aparelha o executivo fiscal foram integralmente quitados, antes mesmo do seu ajuizamento.

Resta evidente, pois, que o título executivo extrajudicial não era exequível, sendo a fazenda embargada carecedora da ação. Desse maneira, a ação executiva está despida de uma das suas condições elementares, a saber, o interesse processual de agir, na modalidade necessidade.

Com efeito, o “*termo interesse pode ser empregado em duas acepções: como sinônimo de pretensão, qualificando-se, então, como interesse substancial ou de direito material, e para definir a relação de necessidade existente entre um pedido e a atuação do Judiciário, chamando-se, neste caso, interesse processual. O interesse processual é, portanto, a necessidade de se recorrer ao Judiciário para obtenção do resultando pretendido, independentemente da legitimidade ou legalidade da pretensão. Para verificar-se se o autor tem interesse processual para a ação deve-se responder afirmativamente à seguinte indagação: para obter o que pretende o autor necessita da providência jurisdicional pleiteada: Não se indaga, pois, se o pedido é legítimo ou ilegítimo, se é moral ou imoral. Basta que seja necessário, isto é, que o Autor não possa obter o mesmo resultado por outro meio extraprocessual*”. (GRECO FILHO, Vicente in “Direito Processual Civil Brasileiro”, Vol. I, 4ª Edição, Editora Saraiva, São Paulo, 1987, p. 72).

Ora, efetuado o pagamento do débito antes do ajuizamento da respectiva ação executiva, certo é que o título executivo (no caso, a Certidão de Dívida Ativa) estava desprovido de exigibilidade, afastando-se a necessidade da atuação do Poder Judiciário. Daí que a propositura de demanda executiva embasada em débito fiscal quitado é, necessariamente, inadmissível, diante da evidente impossibilidade de congregação de todas as condições da ação (interesse processual).

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

**“EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL ICMS. Comprovação de quitação**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**do débito antes do ajuizamento da execução fiscal e dentro do prazo concedido pela embargada. Ausência de interesse de agir Inexigibilidade dos títulos executivos.** Tendo a embargante comprovado o pagamento do tributo apurado para os períodos lançados nas CDA's que aparelharam a execução fiscal, incumbia à embargada demonstrar de forma clara e precisa a origem de eventual saldo remanescente, o que não ocorreu no caso Embargos julgados procedentes na 1ª Instância Honorários Advocatícios Redução que se impõe Sentença parcialmente reformada - Recurso da Fazenda Estadual provido em parte." (AC nº 0161464-10.2012.8.26.0100, da qual fui relator).

Execução Fiscal – Quitação do débito antes do ajuizamento da execução fiscal – Condenação da Exequente no pagamento dos honorários advocatícios – Admissibilidade - Restou comprovado nos autos que houve pagamento do débito antes do ajuizamento da execução fiscal – Princípio da causalidade e inteligência do disposto no art. 26 do CPC de 1973 – Sentença mantida – Recurso improvido. (TJSP; Apelação 0002111-62.2011.8.26.0101; Relator (a): Marrey Uint; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Público; Foro de Caçapava - 1ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 26/07/2016; Data de Registro: 29/07/2016).

Assim, quando do ajuizamento da execução, não tinha o embargado/exequente título certo, líquido e exigível, sendo mesmo de rigor, a extinção da execução, só que por outro fundamento.

Já em relação aos supostos danos morais sofridos pelo embargante, há que se destacar que os embargos à execução têm por finalidade a defesa quanto à execução, com a desconstituição do título, não se prestando para formular pedido de indenização por danos morais .

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Embargos à execução fiscal. IPTU de 2011. Controvérsia relacionada à possibilidade de revogação de isenção concedida em caráter individual. Arts. 178 e 179 do CTN. O executado preencheu os requisitos legais ao reconhecimento do benefício, que, no caso dos autos, possui prazo de 20 anos. Posterior lei revocatória do anterior dispositivo que instituiu o benefício não pode atingir aqueles que estavam em gozo da benesse e que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

continuem a preencher as condicionantes exigidas para seu implemento. Sentença reformada, neste ponto. **Danos morais. Pedido que não pode ser formulado em sede de embargos à execução fiscal, cujas alegações devem ser restritas à desconstituição do título executivo.** Dá-se parcial provimento ao recurso, nos termos do acórdão”. (18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação nº 0018109-40.2012.8.26.0132, da Comarca de Catanduva, em que é apelante USINIL INDÚSTRIA METALURGICA LTDA, é apelado PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA, j. São Paulo, 25 de maio de 2017, Rel. Des. Beatriz Braga) – grifei.

"Apelação - Embargos à Execução Fiscal c.c pedido de indenização por danos morais - Os embargos à execução de título extrajudicial tem por finalidade atacar o título. **Não são, portanto, a via adequada para veicular pedido de reparação de dano moral decorrente de conduta imputada ao exequente, inteligência do artigo 745 do CPC** - Inadequação da via eleita - Demanda Extinta sem julgamento do mérito - Sentença mantida por fundamentos diversos - Recurso Improvido". (Apelação nº 0008656-88.2009.8.26.0564, 14ª Câmara de Direito Público, Relator MAURÍCIO FIORITO, j. 24.4.14)" - grifei.

Assim, não há como ser analisado o pedido de indenização por dano moral formulado pelo embargante, pois, repita-se, os embargos à execução têm objeto restrito (matéria útil à defesa contra a cobrança), não comportando pedido de natureza reconvenicional (art. 16, §§ 2º e 3º da Lei 6.830/80).

Cabe ao interessado se valer dos meios processuais próprios para buscar eventual reparação de danos.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração opostos nos autos principais e julgo parcialmente procedentes os presentes embargos à execução fiscal para, nos termos do artigo 803, I, do Código de Processo Civil, declarar a nulidade da execução ante a inexistência de título executivo contendo obrigação certa, líquida e exigível quando da propositura da ação, ficando prejudicado o pedido de fls. 49 dos autos principais.

Tendo havido sucumbência recíproca, as partes devem ratear as custas e arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 800,00 (oitocentos reais), tudo na proporção de 50% para o embargado e 50% para a embargante.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Oportunamente, transitada esta em julgado, traslade-se para os autos principais, cópia desta sentença, bem como da certidão de trânsito em julgado.

**P.I.**

São Carlos, 19 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**